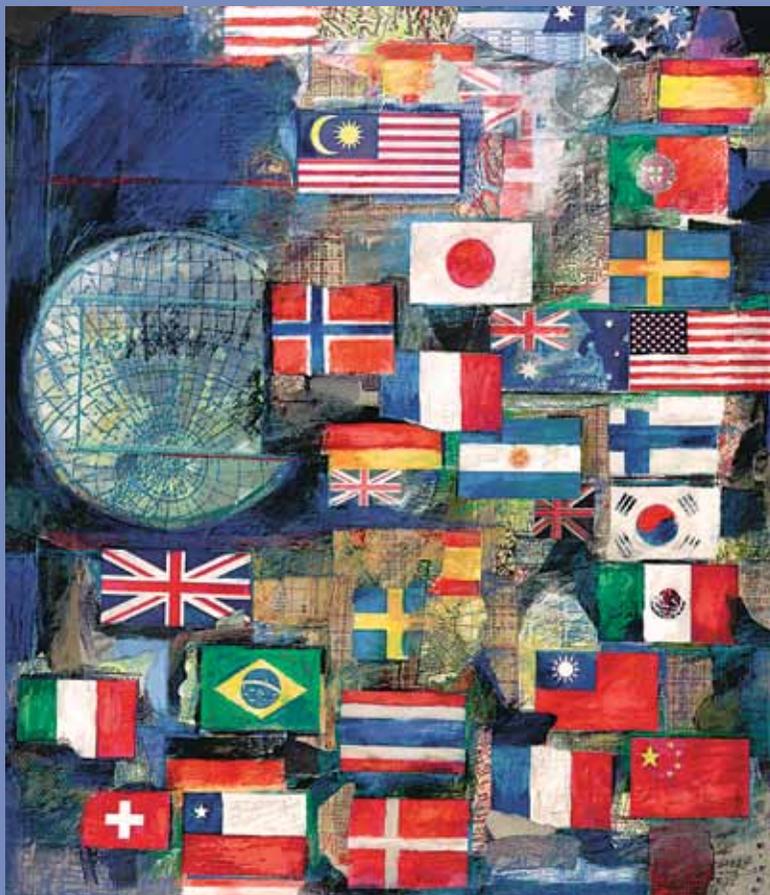


## Aranha

# POLÍTICA



IMAGES/CORBIS-LATINSTOCK

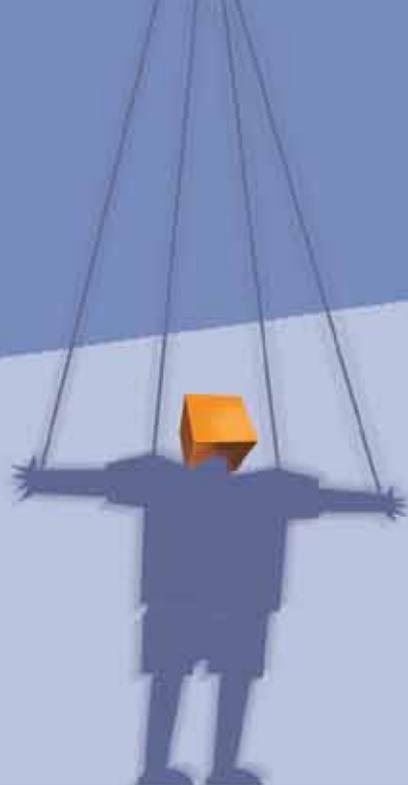
A política é a arte de gerir e governar a pólis. As bandeiras nacionais são símbolos que produzem identificação entre os cidadãos de cada sociedade.

CAPÍTULO

Concepções de política: da Antiguidade ao Renascimento

SE  
Sistema  
Educativo  
por Competências

UNO  
INTERNACIONAL



## O anjo da história

O filósofo frankfurtiano Walter Benjamin vê nessa figura de Klee o anjo da história que olha atônito e perplexo as ruínas que o progresso amontoou. Assim diz Benjamin:

“Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma única catástrofe, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as joga aos seus pés. Ele gostaria de deter-se para despertar os mortos e reunir os vencidos, mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso”.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985. In: MATOS, Olgária C. F. *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. p. 108.



## Objetivos

Ao final deste módulo, você deverá ser capaz de:

- Entender os conceitos de soberania, força e poder e quando o uso da força é legítimo.
- Compreender o que é democracia e cidadania, para poder responder à pergunta: vivemos em uma democracia?
- Entender as principais concepções de política, dos gregos à contemporaneidade.
- Compreender o que é estado de natureza e contrato social, para contextualizar a formação do Estado moderno.
- Perceber as principais características do liberalismo e do socialismo.
- Compreender os principais conceitos de arte.

*Angelus Novus* (1920),  
desenho de Paul Klee.

O que significa a metáfora usada pelo filósofo? Ele critica a ilusão do progresso e a violência exercida sobre os vencidos, ao longo da história humana, tecida pelo poder político que visa à dominação e não à emancipação dos indivíduos.

Portanto, é necessário um outro olhar sobre a política. Esse jogo de forças deve devolver à maioria dos indivíduos o que eles têm perdido ao longo da história.

Neste módulo, vamos ver como os filósofos pensaram o que é — e como deve ser — a política.

# Concepções de política: da Antiguidade ao Renascimento

**Figura 1** • Na ágora ateniense, logo abaixo da acrópole, o povo se reúne para a assembleia em que os oradores discutem os destinos da cidade. *Funeraral oration for Pericles* (Discurso fúnebre a Péricles), pintura de Von Folz.



## 1 Introdução

Em todos os tempos e lugares, nas mais diversas situações, sempre houve lutas pela conquista e pela manutenção do poder ou contra a opressão. É inevitável que se pergunte: Quando o poder é legítimo? Quais os seus fundamentos e os seus limites? Como conquistar o poder e como mantê-lo? Como tratar aqueles que se submetem ao poder? Por que tantos obedecem a tão poucos?

Para essas questões, as explicações dadas se baseiam ora nos mitos e nas religiões, ora em teorias de filósofos e cientistas políticos. Em qualquer um dos casos, as ideias políticas expressam o mundo em que foram concebidas e sempre trazem um convite à ação: para manter e justificar o *status quo* ou para imprimir mudanças na sociedade, seja pelo reformismo, seja pela revolução.

Neste capítulo e no seguinte, optamos por abordar as questões referentes à soberania, que consiste no poder de mando de última instância, ou seja, o poder supremo. Veremos as justificativas e as propostas dadas por diferentes pensadores, no decorrer da história ocidental.

## 2 Os sofistas e o ideal democrático

Foi em Atenas que surgiram as primeiras ideias de cidadania e de democracia, no século V a.C. Em oposição à visão aristocrática de poder, o cidadão podia — e devia — atuar na vida pública, independentemente de sua origem familiar, segmento social ou função. Todos eram iguais, com o mesmo direito à palavra na assembleia e à participação no exercício do poder para decidir sobre os destinos da pólis.

### Refleta

Vale destacar que em Atenas, excluídos os estrangeiros, as mulheres e os escravos, restavam apenas 10% considerados cidadãos, capacitados para participar da política e decidir por todos.

Embora restrita aos poucos que eram considerados cidadãos, não resta dúvida de que se tratava de uma nova concepção de poder, que opunha a democracia à aristocracia.

Os filósofos **sofistas** (Protágoras, Górgias e outros) procederam à elaboração teórica que legitimava o ideal democrático da nova classe dos comerciantes. Mestres da retórica, os sofistas ensinavam a usar os instrumentos da arte de falar bem e de persuadir, tão necessária para o cidadão expor suas ideias nas assembleias e na ágora, a praça pública.

### Glossário

**Sofista.** Do grego sophos, “sábio”; designava os filósofos do período clássico; mas o termo adquiriu sentido pejorativo daquele que emprega sofismas, argumentos com a intenção de enganar.

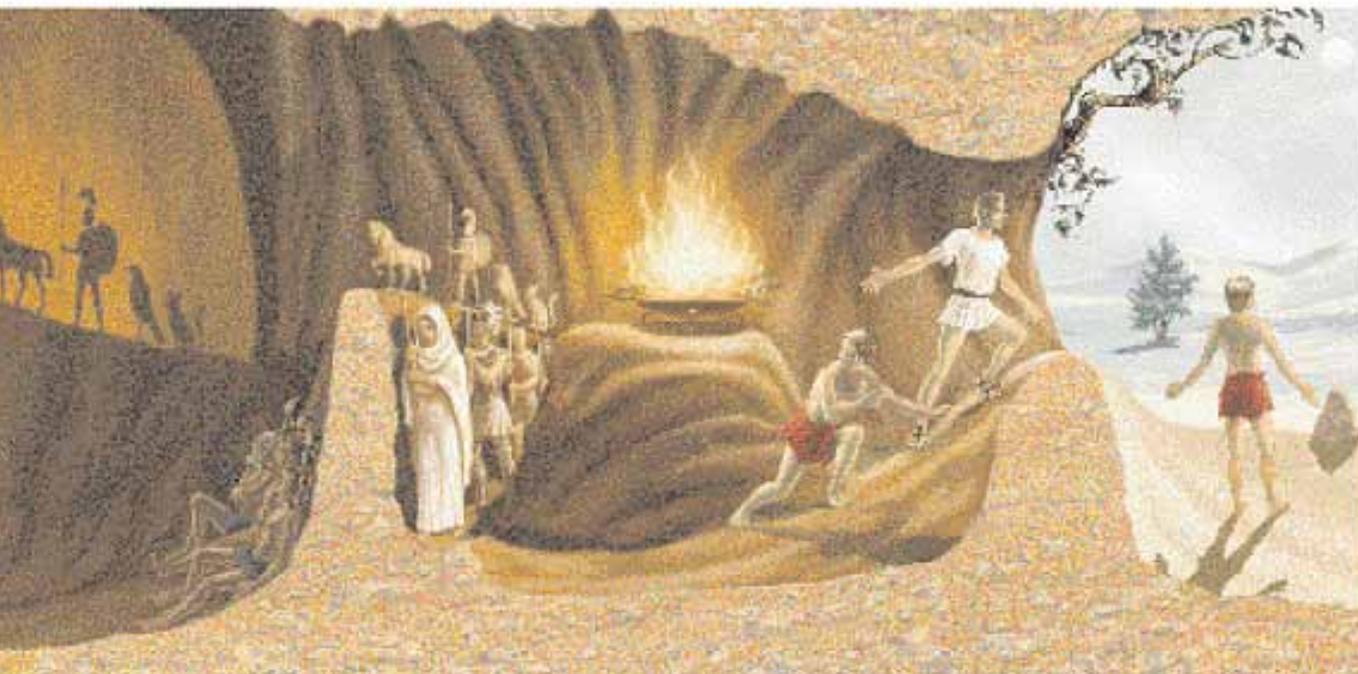
## 3 Platão: a sofocracia

O pensamento político de Platão encontra-se sobretudo nas obras *A República* e *Leis*. Em estilo agradável, muitas vezes poético e com recurso a alegorias, Platão escreve diálogos em que o seu mestre Sócrates é o principal interlocutor.

Valorizando a reflexão filosófica, Platão concebe uma sofocracia (etimologicamente “poder dos sábios”). Segundo ele, pessoas comuns, por serem vítimas do conhecimento imperfeito, da opinião, devem ser dirigidas por aqueles que se distinguem pelo saber.

Critica, portanto, a democracia, por desconhecer que a igualdade se dá apenas na repartição dos bens, mas nunca no igual direito ao poder. Para o Estado ser bem governado, é preciso que “os filósofos se tornem reis, ou os reis se tornem filósofos”.

Na obra *A República*, Platão ilustra o seu pensamento com o famoso mito da caverna, que você já conheceu no módulo *Ética*: em uma caverna, pessoas se encontram acorrentadas desde a infância, de tal modo que, não podendo ver a entrada da caverna, apenas enxergam o seu fundo, no qual são projetadas as sombras das coisas que passam às suas costas, onde há uma fogueira. Quando um desses indivíduos se solta das correntes e sai à luz do dia para contemplar os verdadeiros objetos, toma consciência do seu engano. Ao regressar, relata o que viu aos seus antigos companheiros, mas esses o tomam por louco e não acreditam em suas palavras.



REPRODUÇÃO

**Figura 2 •** A alegoria da caverna é uma metáfora pela qual Platão contrapõe o mundo sensível ao mundo inteligível.

A análise do mito pode ser feita pelo menos sob três pontos de vista: o epistemológico (relativo ao conhecimento), o político (relativo ao poder) e o pedagógico (relativo à educação), já que aquele que contemplou as ideias retorna para ensinar aos demais.

Neste capítulo vamos considerar o ponto de vista político: cabe ao sábio ensinar e dirigir, ou seja, trata-se da necessidade da ação política, da transformação das pessoas e da sociedade, desde que essa ação seja orientada pelo modelo ideal contemplado.

Platão imagina, então, uma cidade ideal, em que os futuros governantes são escolhidos entre os filósofos, representantes do mais alto grau da formação humana. Os demais se ocupariam com os problemas concretos do dia a dia, como a agricultura, o comércio e a defesa da cidade.

Propõe que o Estado, e não a família, assuma a educação das crianças, estabelecendo um tipo de comunismo em que são eliminadas a propriedade e a família, a fim de evitar a cobiça e os interesses decorrentes dos laços afetivos, além da degenerescência das relações humanas inadequadas.

## 4 Aristóteles: a cidade justa

### Glossário

**Utopia.** De ou-topos, "nenhum lugar": descrição de uma sociedade ideal.

Aristóteles, discípulo de Platão, critica a **utopia** do mestre e elabora uma filosofia original. Para ele, a justiça, virtude do cidadão por excelência, não se desvincula da amizade. A palavra grega *philia*, embora se traduza por "amizade", assume sentido mais amplo quando se refere à cidade: significa a concordância entre pessoas com ideias semelhantes e interesses comuns. Daí a importância da educação na formação ética dos indivíduos, a fim de prepará-los para a vida em comunidade.

A amizade não se separa da justiça. Essas duas virtudes se relacionam e se complementam, fundamentando a unidade que deve existir na cidade. Se a cidade é a associação de iguais, a justiça é o que garante o princípio da igualdade. Justo é o que se apodera da parte que lhe cabe, é o que distribui o que é devido a cada um.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## 4.1 As formas de governo

Aristóteles foi um estudioso das formas de governo, tendo recolhido informações sobre 158 constituições existentes. Além de descrevê-las, estabeleceu uma tipologia ao estabelecer a clássica divisão — monarquia, aristocracia e politeia —, conforme se referem ao governo de um só, de um pequeno grupo ou de muitos, respectivamente.

No entanto, as formas de governo não devem estar corrompidas, o que acontece quando prevalece o interesse particular (ou de classe) dos governantes, e não o bem comum. Nesse caso, a monarquia degenera em tirania; a aristocracia, em oligarquia; e a politeia, em democracia.

Formas de governo			
		Critérios de valor	
		Boas	Corrompidas
Critérios de número	um	monarquia	tirania
	poucos	aristocracia	oligarquia
	muitos	politeia	democracia

Embora considere a monarquia, a aristocracia ou a politeia formas corretas e adequadas ao exercício do poder, para Aristóteles a politeia é a mais estável e equilibrada. Talvez isso se deva à constatação de que a tensão política sempre deriva da luta entre ricos e pobres e, portanto, se um regime conseguisse conciliar esses antagonismos, seria mais fácil assegurar a paz social.

O importante para ele é promover a justiça e proporcionar aos cidadãos a “vida boa” em uma cidade feliz. Para tanto, valoriza a educação da juventude e o fortalecimento das virtudes que formam o cidadão e o bom governante.

## 5 A política normativa dos gregos

A teoria política grega está voltada para a busca dos parâmetros do bom governo. Para Platão e Aristóteles, o bom governo depende da virtude de um governante ideal, capaz de exercer de maneira justa e correta suas funções públicas, o que caracteriza essa concepção como um tipo de política normativa e prescritiva.

Segundo essa concepção, é estreita a ligação entre ética e política, porque o regime justo depende do governante justo: o êxito na política decorre da virtude pessoal de quem governa.

- **Política normativa.** A política grega é normativa por estabelecer normas de ação para o governante virtuoso, além de prescritiva, por indicar caminhos para distinguir o bom governo da política corrompida.

### Você sabia?

A concepção normativa de política, vinculada à ideia do governante justo e bom, será reformulada por Maquiavel, no século XVI. Veremos isso mais adiante.

## 6 Idade Média: política e religião

A política normativa prevaleceu tanto na Antiguidade grega como na romana — da qual Cícero é um notável exemplo — e continuou aceita na Europa na Idade Média, quando ainda permanecia o costume de definir e exaltar as virtudes do rei justo e bom. Havia uma diferença, no entanto. Na Idade Média, a Igreja católica interferia na vida política e na social com o argumento de que todo poder vem de Deus.

Segundo o historiador Jean-Jacques Chevalier (*História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 188), no século VI, o papa Gregório Magno escrevia em carta a um imperador, advertindo-o de que, se o poder lhe foi conferido, de cima, sobre todos os homens, ele deve “ajudar àqueles que querem fazer o bem (...) a abrirem mais amplamente o caminho que leva ao céu, para que o reino terrestre esteja ao serviço do reino dos céus”.

Essa orientação vinha desde o século anterior, quando Agostinho, em sua obra *A cidade de Deus*, descreve a “cidade” celeste em oposição à “cidade” terrestre, sendo que aquela, superior, deve permear a vida da comunidade cristã, que vive da fé e se inspira no amor a Deus.

Posteriormente, essa teoria desembocou na doutrina chamada agostinismo político, que influenciou todo o pensamento medieval e definiu o confronto entre o poder do Estado e o da Igreja, pela superioridade do poder espiritual sobre o **temporal**. A tensão entre os dois poderes assumiu diferentes expressões no decorrer da Idade Média, e provocou diversos atritos entre os dois poderes, com a formação de facções opostas entre aqueles que defendiam a supremacia papal e os partidários da autonomia dos reis.

### Glossário

**Temporal.** No contexto, o que se refere à vida material, secular, profana, não religiosa.

### 6.1 Os teóricos do final da Idade Média

Desde o século XI, a Idade Média já sofria mudanças com o renascimento urbano, quando os servos libertos instalaram-se nos arredores das cidades (os burgos), estabelecendo relações entre iguais, diferentes da hierarquia entre senhores e servos.

A consequência dessas transformações foi o renascimento comercial e o início do processo de laicização da sociedade e da oposição explícita ao poder religioso. As heresias, uma expressão dessa crítica, obtiveram dura resposta do poder da Igreja pela instauração dos tribunais do Santo Ofício (ou Inquisição).

Os teóricos italianos Dante Alighieri e Marsílio de Pádua, mesmo tendo vivido no século XIII, podem ser considerados pré-renascentistas pelas ideias inovadoras. Embora não tenham provocado alterações políticas imediatas, iniciava-se uma lenta e profunda transformação no sentido de valorizar o poder do Estado em detrimento do poder papal.

Dante, poeta mais conhecido como autor da *Divina comédia*, também escreveu *A monarquia*, obra em que introduz teses naturalistas e propõe a eliminação do papel mediador do papa. Segundo ele, Deus, criador da natureza, nos dotou de livre raciocínio e vontade que nos permitem a perfeita condução do Estado, posição que indica ruptura com o pensamento medieval.

Na mesma época, Marsílio de Pádua recusa a tutela religiosa e defende o ideal republicano, do poder fundado na vontade do povo, afirmando de maneira radical:

“Sob uma máscara de honestidade e de decência, o papado é tão perigoso para o gênero humano que causará, se o não detiverem, um prejuízo intolerável à civilização e à pátria”.

MARSÍLIO DE PÁDUA

Para Marsílio, a vontade do povo é o melhor meio para se conhecer o que deve e o que não deve ser feito. Para ele, o único meio de regular as relações sociais depende da elaboração das leis, instrumento de cidadania.

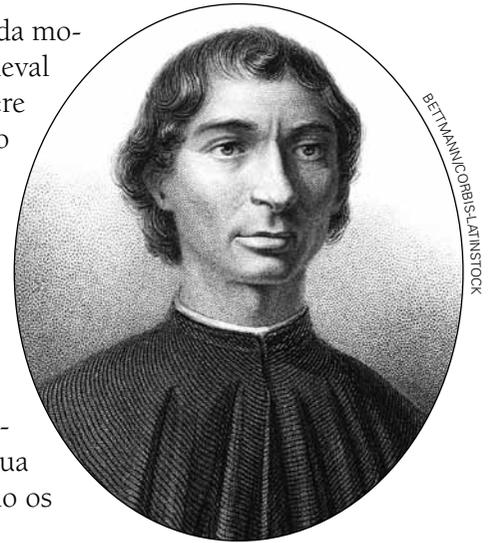
## 7 Maquiavel: a autonomia da política

No Renascimento e na Idade Moderna ocorreram transformações fundamentais, iniciadas desde o final da Idade Média. O fortalecimento das monarquias nacionais são aspectos interligados de outra realidade política e social que então se configurava e exigia novos instrumentos teóricos de interpretação.

No século XVI, Maquiavel representa um marco na elaboração da moderna concepção de política. Enquanto a política antiga e medieval descrevia o ideal do bom governo, o pensador **florentino** prefere examinar como os governantes agem de fato. Para ele, a política não se refere às utopias nem às abstrações, tais como as normas ideais que devem orientar de antemão a conduta do “bom governante”.

Com isso, Maquiavel se distancia da política normativa dos gregos e medievais, porque não busca as normas que definem o bom regime nem explicita quais devem ser as virtudes do bom governante.

Ao avaliarmos hoje o pensamento de Maquiavel, levamos em conta a época em que ele viveu, sob a expectativa da unificação da Itália, assolada por lutas internas e invasões de estrangeiros. A Itália se achava dividida em principados e repúblicas, cada um com sua própria milícia, geralmente formada por mercenários. Nem mesmo os **Estados Pontifícios** deixavam de formar os seus exércitos.



**Figura 3** • Retrato do filósofo Nicolau Maquiavel (1469-1527). Ao superar o mito do “maquiavelismo”, que demonizou o filósofo florentino, descobrimos o Maquiavel republicano.

### 7.1 Controvérsias sobre *O príncipe*

Escrito em 1513, *O príncipe* provocou inúmeras interpretações e controvérsias. À primeira vista, essa obra parece defender o absolutismo e o mais completo descaso pela moral, ao afirmar, por exemplo:

“É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade. (Cap. XV)”.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 69.

A leitura apressada e tendenciosa de sua obra levou à criação do mito do maquiavelismo, que tem atravessado os séculos. No entanto, essa interpretação é deformadora do pensamento maquiaveliano.

Como expressão desse “maquiavelismo”, costuma-se vulgarmente atribuir a ela a famosa máxima “os fins justificam os meios”. No entanto, essa interpretação é excessivamente simplista e deformadora do pensamento maquiaveliano e, para superá-la, é preciso analisar com mais atenção o impacto das inovações do seu pensamento nas concepções políticas do seu tempo, ainda muito impregnadas da visão religiosa medieval.

Não se trata de justificar a violência a qualquer preço, mas de reconhecer que ela é necessária em determinadas circunstâncias, inclusive para preservar o bem comum: “Não é a violência que restaura, mas a violência que arruína que é preciso condenar”.

#### Glossário

**Florentino.** *Nascido em Florença, Itália.*

**Estados Pontifícios.** *São os Estados que pertenciam à Igreja Católica, sob o governo do papa. Hoje estão reduzidos à Cidade do Vaticano, em Roma, e constituem Estado soberano.*

#### Refleta

Na linguagem comum, o termo *maquiavélico* é atribuído ao indivíduo sem escrúpulos, traiçoeiro, astucioso que, para atingir seus fins, usa de mentira e má-fé.

## Glossário

**Década.** No título significa conjunto de dez livros (ou partes), relativo a períodos escolhidos por Maquiavel para comentar a obra de Tito Lívio, historiador romano (século I a.C.).

**Amoralismo.** Ausência de princípios morais.

Sob essa ótica, as reflexões de *O príncipe* giram em torno dos desafios enfrentados por um novo governante para conquistar o poder ou para não perdê-lo, tendo em vista o problema da Itália dividida. Já em outra obra, *Comentários sobre a primeira década* de Tito Lívio, Maquiavel apresenta as nascentes ideias republicanas, como veremos adiante.

## 7.2 As qualidades do príncipe

Para descrever a ação do príncipe, Maquiavel usa as expressões italianas *virtù* e *fortuna*. *Virtù* significa virtude, no sentido de força, valor, qualidade de lutador e guerreiro. Príncipes de *virtù* são governantes especiais, capazes de realizar grandes obras e provocar mudanças na história. Não se trata, porém, do príncipe virtuoso, bom e justo, segundo os preceitos da política clássica desde os gregos e da moral cristã medieval. Mas sim daquele que tem a capacidade de perceber o jogo de forças da política, para então agir com energia, a fim de conquistar e manter o poder.

Já a noção de *fortuna* significa acaso, sorte. Para agir bem, o príncipe não deve deixar escapar a fortuna, isto é, a ocasião oportuna. O príncipe ousado é o que aproveita as circunstâncias, como observador atento do curso da história. No entanto, a *fortuna*, sem a *virtù*, não passa de oportunismo.

Portanto, o novo príncipe é aquele capaz de compreender o jogo político efetivo nas suas circunstâncias concretas — e não por meio de modelos prescritos de antemão, como sugeriam os antigos — e de identificar as forças do conflito, a fim de agir com eficácia.

## 7.3 Ética e política

A novidade do pensamento maquiaveliano, justamente a que causou maior escândalo e rejeição, está na reavaliação das relações entre ética e política. Por um lado, Maquiavel defende a moral laica, secular, de base naturalista, diferente da moral cristã. Por outro, estabelece a autonomia da política, negando a anterioridade das questões morais na avaliação da ação política.

Não se trata de **amoralismo**, mas de uma nova moral centrada nos critérios da avaliação do que é útil à comunidade. Se o que define a moral é o bem da comunidade, constitui dever do príncipe manter-se no poder a qualquer custo, mesmo com o recurso ao mal — o emprego da força coercitiva do Estado, a guerra, a prática da espionagem. Maquiavel, no entanto, distingue entre o príncipe de *virtù*, que é forçado pela necessidade a usar da violência visando o bem coletivo, e o tirano, que age por capricho ou interesse próprio.

A nova ética analisa as ações não mais em função de uma hierarquia de valores dada *a priori*, mas sim em vista das consequências efetivas da ação política. Dizendo de outro modo, recusa-se a usar na vida política o mesmo código moral que rege a vida privada, uma vez que os interesses da coletividade diferem daqueles da vida pessoal. Por isso o critério para se julgar se uma ação política é boa ou má é a fecundidade do seu resultado.

BETTMANN/CORBIS-LATINSTOCK



**Figura 4 • Fortuna**, (séc. XVIII), obra do alemão Behaim. A Fortuna, deusa romana, simboliza o destino, arbitrário e caprichoso.

## 7.4 Maquiavel republicano

Além de intelectual, Maquiavel foi um político que participou na vida pública em Florença, ocupando cargo importante durante um governo **republicano**. Quando caiu em desgraça, dedicou-se a escrever as já citadas obras.

Embora *O príncipe* seja a obra mais conhecida, a intitulada *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* supõe outro momento de estabilidade política, após o poder conquistado, daí o caráter republicano desse texto. Assim diz Maquiavel:

"[...] a experiência nos mostra que as cidades crescem em poder e em riqueza enquanto são livres. É maravilhoso, por exemplo, como cresceu a grandeza de Atenas durante os cem anos que se sucederam à ditadura de Psístrato. (...) Compreende-se a razão disso: *não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo* (grifo nosso)".

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (livro II, cap. II). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 197.

Outra novidade é a elaboração da moderna concepção de ordem, não a ordem hierárquica, que cria a harmonia forçada, mas a que resulta do conflito.

## 8 Conclusão

Os gregos antigos foram os primeiros a teorizar a respeito da política e se preocuparam em definir os parâmetros do bom governo e o que o distingue dos maus governos. Elaboraram teorias políticas de natureza normativa e prescritiva em que a ligação entre ética e política é evidente, na medida em que as questões do bom governo, do regime justo, da cidade boa, dependem da virtude do bom governante.

Essas características continuaram durante a Idade Média, mas com o predomínio da visão religiosa e do confronto entre o poder dos reis e dos papas. No declínio da Idade Média, pensadores renunciaram as novas formas de poder civil que começaram a se sobrepor ao poder eclesiástico: o particularismo nacional predominando sobre o universalismo da Igreja. Esse conjunto de fatos e teorias concorreu para a valorização dos poderes seculares, fortalecendo a soberania do Estado, noção central na formação das monarquias nacionais, levada a efeito pela aliança entre a burguesia e os reis.

Durante o Renascimento, Maquiavel rompeu com a ideia clássica do bom governo e assumiu uma postura realista ao compreender o sistema de forças que atuam de fato no seio da sociedade e do poder. Em oposição à visão religiosa medieval, procurou definir a ordem racional e laica da política.

### Glossário

**República.** Do latim *res (coisa) pública*; no contexto, governo voltado para o bem comum e expressão da vontade popular.

### Refleta

O conflito é um fenômeno inerente à atividade política democrática, que se faz justamente a partir da conciliação de interesses divergentes.



# Exercícios dos conceitos

- 1 Tendo em vista o significado de retórica, atenda às questões:
  - a) Qual era a importância da retórica na Atenas democrática?
  - b) Em que medida “falar bem” ainda hoje pode ser uma habilidade necessária a um deputado e quando se trata de um instrumento “perigoso”?
- 2 Identifique a posição política de Platão, a partir desta citação:

“Os males não cessarão para os humanos antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, ou antes que os chefes das cidades, por uma divina graça, não se ponham a filosofar verdadeiramente”.

PLATÃO. *Cartas*. Lisboa: Estampa, 1971 (Carta VII). p. 50.
- 3 Leia essa afirmação:

“Uma república só pode ser virtuosa quando os próprios cidadãos que tomam parte no governo são virtuosos”.

ARISTÓTELES

Explique o significado dessa afirmação, relacionando ética e política na concepção grega.
- 4 Compare as concepções de política de Platão e Aristóteles.
- 5 Compare as principais características da política grega e da medieval.
- 6 Por que os atuais intérpretes de Maquiavel se recusam a lhe atribuir o adjetivo “maquiavélico”? Ao responder, refira-se às diferenças entre as duas obras citadas, *O príncipe* e *Comentários*.

## Retomada dos conceitos

- 1 No tempo de Péricles, a democracia ateniense supunha igualdade perante a lei e igualdade do direito à palavra na assembleia. Responda às questões:
  - a) A igualdade perante a lei é desejável na política atual? Em caso afirmativo, você considera que as democracias atuais cumprem essa finalidade? Justifique sua resposta.
  - b) Considerando que nas democracias contemporâneas as assembleias legislativas são constituídas por representantes eleitos, que mecanismos poderiam ser usados para ampliar o direito à palavra do cidadão?

2 Releia o trecho da carta do papa Gregório Magno a um imperador:

“O poder sobre todos os homens foi dado do Alto aos meus senhores para ajudar aqueles que querem fazer o bem, para abrir mais o caminho que conduz ao Céu, para que o reino terreno fique a serviço do reino dos Céus”.

Leia este trecho da *Divina comédia*:

“Bem haja Roma, que ao bom mundo, então,  
ergueu **dois sóis**, por revelar a estrada  
ali da terra, e aqui da salvação  
Mas um o outro eclipsou, e uniu-se a espada  
à pastoral; e, juntos, claramente,  
não podem bem cumprir sua jornada”.

ALIGHIERI, Dante. *Divina comédia*.

3 “Como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas, do que pelo que delas possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros.”

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Cap. XV. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

A partir da citação de Maquiavel, atenda às questões:

- a) Em que o teor da citação se distingue da concepção de política normativa dos gregos?
- b) Qual é a consequência dessa nova postura no que diz respeito à relação entre política e moral?

4 Embora não se possa dizer que atualmente existam **teocracias** em sentido estrito, em alguns países os preceitos religiosos determinam o comportamento dos indivíduos quanto ao modo de se vestir, falar e até pensar. Faça uma pesquisa sobre países que ainda não separaram Estado e religião, ou seja, que mantêm Estados teocráticos.